



PREFEITURA DE MAUÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Lei Municipal 2.184 de 24/11/1997
cme@educacao.maua.sp.gov.br



Mauá
CIDADE
EDUCADORA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DO FUNDEB

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DO FUNDEB/MAUÁ

29 DE JANEIRO DE 2024

Em 29 de janeiro do corrente ano, reuniram-se na Secretaria de Educação os membros do Conselho do FUNDEB e os membros do Conselho Municipal de Educação, conforme lista de presença anexa, para a prestação de contas das Receitas e Despesas da Educação no ano de 2023. A reunião foi apresentada pela supervisora de ensino Débora Sibil Costa que iniciou a sua fala retomando a criação do Fundo de recepção e distribuição de recursos da educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) informando que ele remonta aos anos de 1996 e que até o ano de 2006 a destinação desses recursos estava centrada no ensino fundamental. Antes da criação desse Fundo uma parcela das receitas públicas eram destinadas à educação como um todo. A proposta desse Fundo era definir uma parcela que atendesse especificamente ao ensino fundamental (1ª a 8ª série), através de uma redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos municípios e Estados. Em 2006 surgiu a proposta de sua substituição pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que não investe apenas no ensino fundamental, mas também no ensino médio e na educação infantil. Lembrou ainda que o objetivo da criação desses fundos está na valorização dos profissionais do magistério. O FUNDEB, inicialmente vigorou até 2019, ano em que a legislação trouxe algumas mudanças para o FUNDEB que vieram a beneficiar financeiramente os municípios que possuem maior fragilidade financeira, uma vez que prevê alguns tipos de complementações aos repasses do FUNDEB. O diploma legal do novo FUNDEB é a Lei nº 14.113, de 2020, com alterações trazidas pelas Leis nº 14.276/2021 e 14.325/2022 que disciplinam a forma de apurar o complemento federal para Estados e Municípios, além de estabelecer critérios de ponderação entre as várias etapas e modalidades da Educação Básica, a transparência, bem como a fiscalização exercida pelos conselhos de acompanhamento e controle social, de acordo com o que preceitua o artigo 212 da Constituição Federal. Os créditos dos seus recursos são realizados automaticamente em favor dos Estados e dos Município de forma igualitária, com base no número de alunos indicados por meio do Censo Escolar. O Fundo tem um vínculo federal, já que a União participa da composição e distribuição dos recursos complementares, tem um vínculo estadual e um vínculo municipal. São destinados ao Fundo 20% dos impostos arrecadados. Desta forma a Secretaria de Educação dispõem de três contas bancárias: uma para o Fundo, outra para os mínimos constitucionais (que têm como composição os recursos do Fundo) e mais uma para recolhimento da verba Qese (quota salário educação). Foi apresentado o Quadro de Receitas e Despesas da Educação Municipal e explanado sobre a arrecadação de cada imposto: ICMS, IPVA, ITR, ITCM, Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação dos Municípios. IPTU, ITBI, ISS, IRRF, sendo apresentados os percentuais vinculados à folha de pagamento da Educação bem como os percentuais destinados aos Programas e Projetos da Educação: Manutenção e Reformas dos Pórprios da Educação, Transporte Escolar, energia elétrica, água e esgoto, telefonia, internet, aquisição de mobiliário, etc...Foi explicado que com os recursos vinculados (25% constitucionais e fundeb) não é permitido a aquisição de insumos para a alimentação escolar, nem tampoco para a aquisição de uniformes escolares. Em Mauá esses insumos são adquiridos por meio da verba Qese. O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas,



PREFEITURA DE MAUÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Lei Municipal 2.184 de 24/11/1997
cme@educacao.maua.sp.gov.br



Mauá
CIDADE
EDUCADORA

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DO FUNDEB**

projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal. É uma contribuição social devida pelas empresas, destinada, exclusivamente, ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento do Ensino Fundamental Público. A base de cálculo dessa contribuição é a folha de pagamento das empresas. Qualquer firma individual, associação ou sociedade que assume o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, vinculadas à Seguridade Social está sujeita à contribuição social do Salário-Educação. O cálculo é o de que 2,5% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos empregados, a qualquer título deve ser descontado a crédito do Salário Educação. Em Mauá o recurso da Verba Qese tem sido destinado para o custeio da Alimentação e do Uniforme Escolar. Foi também feito um resumo a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar e da aquisição de insumos da agricultura familiar. Retornando ao Fundeb, foi explicado que a disponibilização dos recursos gerados é realizada periodicamente pelo Tesouro Nacional, que são distribuídos automaticamente e que o valor a ser repassado resulta do montante arrecadado, ou seja, as variações nos valores dos repasses decorrem das variações nos valores arrecadados. Retomado o Quadro de Receitas e Despesas foi esclarecido o significado das colunas empenhado, liquidado e pago, foi evidenciado a aplicação dos mínimos constitucionais que em 2023 atingiu o índice de 28,21% e a aplicação dos recursos do FUNDEB que atingiu o percentual de 99,53%. No quadro de Receitas e Despesas foi apontado uma retenção do FUNDEB na casa de R\$ 138.190.744,16 ao que foi explicado que nos municípios que ao fundo contribuem mais do que dele recebem, há perda financeira e, nesse caso, a despesa Fundeb está toda dentro do gasto obrigatório de 25%. De outro lado, os municípios que ao Fundo arrecadam mais do que a ele distribuem têm vantagens financeiras e, nessa hipótese, a Administração recebe todos os impostos retido por aquele fundo (20%), além de um ganho monetário, o chamado “plus”. Dessa forma os conselheiros tomaram conhecimento da novidade legal de que os municípios pobres, de estados ricos podem receber diretamente, o complemento federal: Valor Anual Aluno Total e o Valor Anual Aluno Resultado. Dirimidos alguns questionamentos passou-se à análise do Quadro e consequente aprovação das Receitas e Despesas pelos membros do Conselho do FUNDEB sendo que a Presidente do Conselho, com base nessa aprovação, procedeu à assinatura do Parecer favorável que será encaminhado à AUDESP, na conformidade do que exige a legislação. Os membros do Conselho Municipal de Educação agradeceram a explanação e o acordado foi de que na próxima reunião serão novamente convidados a participarem. Esgotada a pauta, eu Débora Sibil Costa, presidi a reunião e redigi a presente Ata que segue assinada por mim, tendo por anexo a lista de presença dos participantes. Mauá, 29 de janeiro de 2024. _____XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX
XX
XX
XX
XX